



SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Rodovia Papa João Paulo II, 4001 - Prédio Gerais, 8º Andar, - Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31630-901

TERMO ADITIVO

Processo nº 1220.01.0001058/2022-82

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO PARA A EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL, COMERCIAL, INSTITUCIONAL E RESIDENCIAL DOS SERVIÇOS DE GÁS CANALIZADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, A COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS

O presente Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a exploração Industrial, Institucional e Residencial dos Serviços de Gás Canalizado no Estado de Minas Gerais ("ADITIVO") é celebrado entre:

Como CONCEDENTE, O ESTADO DE MINAS GERAIS, membro da Federação, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pelo Excelentíssimo Governador do Estado Romeu Zema Neto, doravante denominado ESTADO;

Como Concessionária, a COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG, sociedade anônima, com sede na Avenida Barbacena, 1200 - 7º andar - Santo Agostinho, Belo Horizonte - MG, 30190-131, na Cidade de Belo Horizonte, MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.261.473/0001-85, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, a seguir referida simplesmente como "GASMIG";

Como Interveniente, a SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS, neste ato representado pelo senhor Secretário de Estado, Fernando Passalio de Avelar, doravante denominada, SEDE;

doravante também denominada individualmente como "PARTE" e coletivamente como "PARTES".

CONSIDERANDO:

que, nos termos do artigo 25, §2º da Constituição Federal e do artigo 10, VIII da Constituição do Estado de Minas Gerais, cabe ao ESTADO, diretamente ou mediante concessão, explorar os serviços locais de gás canalizado em seu território;

que a GASMIG é a concessionária dos serviços de distribuição de gás natural no Estado de Minas Gerais, nos termos do §2º do artigo 25 da Constituição Federal e na Lei Estadual nº 11.021, de 11/01/93 que

autorizou sua constituição;

que, em 27/07/1995, as partes celebraram o CONTRATO DE CONCESSÃO para a exploração industrial, comercial e residencial da atividade de distribuição de gás natural canalizado, pelo período de 30 anos, contados a partir de janeiro de 1993, e vencimento em janeiro de 2023;

que, em 24/08/2006, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo objetivando a ampliação da infraestrutura de transporte e distribuição de gás natural nas regiões do Vale do Aço e do Sul do Estado de Minas Gerais;

que, em 16/12/2014, foi celebrado o Segundo Termo Aditivo com o objetivo de prorrogar a concessão pelo período de mais 30 anos, passando o termo final do contrato, de janeiro de 2023 para janeiro de 2053, sendo que este aditivo se baseou na previsão de um novo encargo à GASMIG, caracterizado pela construção do gasoduto de distribuição para a região do Triângulo Mineiro (Queluzito - Uberaba), a fim de assegurar o provimento de gás para uma planta industrial destinada à produção de fertilizantes nitrogenados pela Petróleo Brasileiro S.A. ("PETROBRAS");

que, em 19/07/2019, foi celebrado o Terceiro Termo Aditivo objetivando o reequilíbrio econômico financeiro da concessão, essencial à sua manutenção até 2053, mediante pagamento de OUTORGA COMPENSATÓRIA, em substituição ao compromisso de investimento na construção do gasoduto na região do Triângulo Mineiro;

que, em 15/07/2021, iniciou-se a segunda revisão tarifária periódica da concessionária, com a elaboração de estudos e pareceres sobre índices alternativos para o reajuste monetário de variáveis econômico-financeiras;

que devido (i) ao atraso na homologação da primeira revisão tarifária periódica, que deveria ter se finalizado em fevereiro de 2018, mas findou-se em novembro de 2019 e; (ii) a pandemia da Covid-19 que impactou a distribuição de gás natural em Minas Gerais, faz-se necessário a repactuação das metas de expansão para CONCESSIONÁRIA;

que o ESTADO considera de suma importância a universalização do uso do gás canalizado se desenvolva com observância aos princípios de modicidade tarifária, eficiência e prudência;

que as PARTES tem interesse em desenvolver e ampliar a utilização do gás natural no Estado de Minas Gerais, especialmente a partir da expansão da rede para novos territórios do Estado e para ampliação do uso residencial e comercial;

resolvem as partes celebrar o presente ADITIVO nº 4 ao Contrato de Concessão, que passa a integrá-lo conforme as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES AO CONTRATO DE CONCESSÃO**

1.1. A Cláusula sétima do CONTRATO DE CONCESSÃO passa a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

7.1 A CONCESSIONÁRIA deverá cumprir as seguintes metas de expansão no ciclo tarifário 2022-2026:

(...)"

1.2. A cláusula décima quarta do CONTRATO DE CONCESSÃO passa a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

14.4.1 A cada ano ou no menor prazo permitido legalmente, a margem do serviço de distribuição será reajustada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) até 31 de janeiro de 2022, e a partir de 01 de fevereiro de 2022 será reajustada pelo Índice Nacional de Preços ao

Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Caso o IPCA deixe de ser publicado, outro índice deverá ser escolhido considerando que seja amplamente adotado em contratos comerciais no Brasil, reflita, de forma razoável, a manutenção do poder de compra da moeda brasileira e seja publicado com periodicidade pelo menos mensal.

(...)

14.5.3 A base de ativos da CONCESSIONÁRIA, para efeitos regulatórios e de fixação e revisão de tarifas, será composta pela parcela não depreciada ou não amortizada dos ativos e das obras em andamento registrados na contabilidade da CONCESSIONÁRIA e dos demais ativos regulatórios que devam ser reconhecidos, inclusive os ativos intangíveis vinculados à concessão, em ambos os casos devidamente atualizados pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) até 31 de janeiro de 2022, e a partir de 01 de fevereiro de 2022 serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo."

1.3. A cláusula décima oitava do CONTRATO DE CONCESSÃO para a vigorar com a seguinte redação:

"18 - Extinta a Concessão conforme estabelecido na Cláusula Décima Sétima, todos os ativos regulatórios da CONCESSIONÁRIA reverterão ao CONCEDENTE, que indenizará a CONCESSIONÁRIA, à vista e em dinheiro, pela parcela não depreciada dos ativos regulatórios efetivamente utilizados na prestação do serviço, objeto desta concessão, somada da parcela não amortizada dos ativos intangíveis à concessão, corrigidos pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) até 31 de janeiro de 2022, e a partir de 01 de fevereiro de 2022 serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo."

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

2.1. As alterações presentes nesse aditivo terão pleno efeito a partir de 01 de fevereiro de 2022, não tendo nenhum efeito anterior a essa data.

2.2. Todas as demais cláusulas e itens do Contrato de Concessão que não tenham sido expressamente alterados por este ADITIVO são neste ato expressamente ratificados pelas partes, permanecendo em pleno vigor.

2.3. O CONCEDENTE fará publicar o extrato deste ADITIVO no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, dentro de 5 (cinco) dias contados de sua assinatura.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente ADITIVO em 5 (cinco) vias de igual teor e para um único fim de Direito, comprometendo-se a fazer valer o presente como firme e valioso, em todos os seus termos, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 20____.

Romeu Zema Neto

Governador do Estado de Minas Gerais

Fernando Passalio de Avelar

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico

Gilberto Moura Valle Filho

Diretor-Presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG

Carlos Eduardo de Moraes Barros Junior

Diretor Financeiro da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO MOURA VALLE FILHO, Usuário Externo**, em 08/11/2022, às 22:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo de Moraes Barros Junior, Usuário Externo**, em 09/11/2022, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Passalio de Avelar, Secretário (a) de Estado**, em 09/11/2022, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Romeu Zema Neto, Governador**, em 10/11/2022, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Oliveira de Sena Batista, Superintendente**, em 10/11/2022, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Gabriela de Oliveira, Diretor (a)**, em 11/11/2022, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **55919331** e o código CRC **8F5912F0**.

Referência: Processo nº 1220.01.0001058/2022-82

SEI nº 55919331